



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 4/2001 SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2001 5 e 11 de Abril de 2001

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

g.c. A. Rodrigues

Mesa da Assembleia constituída por : Presidente, Senhor António Ramos Preto.

Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rodrigues.

Segundo Secretário, Senhor Luís Batista Nunes.

Membros presentes: Todos com excepção do Senhor José Fernandes, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, a Senhora Vereadora Judite Pinto, os Senhores Vereadores Gabriel Oliveira, João Bernardino, Rui Loureiro, Fernando Pereira e Miguel Gabriel.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Buraca se fazia representar, nos termos da alínea c) nº.1 do Artigo 38º da Lei 169/99 de 19 de Setembro, pelo Senhor Orlando Jorge da Silva.

Verificado o quórum da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que haviam sido recepcionados três pedidos de substituição de Membros da Assembleia, sendo o primeiro apresentado pelo Senhor Manuel Ferreira Jerónimo da Bancada do PS, o segundo pelo Senhor Mário Ventura Henriques e o terceiro pelo Senhor António Tremço de Brito, ambos da Bancada da CDU. (Documentos anexos à presente Acta).

De seguida foi chamado para tomar posse o Senhor Francisco António Silveira Mendeiros suplente da Lista do PS, tendo comparecido. (Documento anexo à presente Acta).

Seguidamente foi chamado para tomar posse o Senhor Mário Miguel Alves dos Santos Rodrigues suplente da Lista da CDU, tendo comparecido. (Documento anexo à presente Acta).

Por fim, foi chamado para tomar posse o Senhor Vítor Manuel Lopes de Andrade na indisponibilidade da Senhora Ana Luísa Correia Nascimento, suplente da Bancada da CDU, tendo comparecido. (Documento anexo à presente Acta).

II - ORDEM DO DIA

1 – Apreciação nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, da *“Informação Escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município”*.

2 - Apreciação nos termos do nº. 2 do Artigo 49º. e da alínea c) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa ao *“Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano de 2000”*.

3 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea n) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Gabinete Especial para Recuperação da Brandoa (GERBRA) – Criação de Unidade Orgânica”*.

4 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea o) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Quadro de Pessoal - Alteração”*.

5 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Regulamento do Programa de Apoio ao Auto-Realojamento – Alteração do Artº. 6º”*.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem do Dia à discussão e não havendo inscrições, submeteu-a à votação sendo aprovada por unanimidade pelos 30 Membros presentes. (Documento anexo à presente Acta).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

III- APROVAÇÃO DE ACTAS

76. Afonso

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontravam na Mesa as Actas nº. 8, 9, 10 e 11 de 2000 para discussão e aprovação. De seguida perguntou aos senhores deputados se queriam usar da palavra, tendo-se inscrito os Senhores Manuel Vieira, Vítor Andrade e Quadrado Rego.

O Senhor Manuel Vieira na sua intervenção, fez um reparo relativamente ao período reservado ao público referindo que nas actas as ideias e questões ficavam expressas, e no período reservado aos eleitos, o mesmo não acontecia, pois os deputados inscreviam-se para a discussão do ponto da Ordem do Dia, mas as suas intervenções não constavam na Acta.

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Vítor Andrade que sugeriu que as Actas nº 8, 10 e 11 fossem votadas em conjunto e a Acta nº. 9 fosse votada em separado, pois o seu sentido de voto não poderia ser igual para as quatro Actas.

O Senhor Quadro Rego falou sobre a Acta nº 8 referindo que num dos pontos da Ordem do Dia, apenas constava que iria votar favoravelmente, mas não constava o porquê da votação sugerindo que fosse rectificada.

Findas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia retirou a Acta nº. 8 e colocou à votação a Acta nº 9 sendo aprovada por maioria com 26 votos a favor e 4 abstenções.

De seguida colocou à votação a Acta nº. 10, sendo aprovada por maioria com 26 votos a favor e 4 abstenções.

Por fim, colocou à votação a Acta nº. 11, sendo aprovada por maioria com 27 votos a favor 3 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

IV - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito o Senhor Manuel Gomes Pereira.

O Senhor Manuel Gomes Pereira na sua intervenção, disse ter entregue em Outubro do ano 2000 um projecto de legalização de AUGI da Terra dos Canos. Foi no entanto informado que faltavam alguns elementos tendo sido completado o processo em Novembro do mesmo ano. Em 1 de Fevereiro de 2001 esteve presente na Sessão da Assembleia e constatou que o Senhor Presidente da Câmara estava empenhado na resolução do problema das AUGI'S. Posteriormente, contactou o senhor vereador Miguel Gabriel a fim de saber qual era o ponto de situação das AUGI'S, pois desde Novembro não havia qualquer resolução para o problema. Foi-lhe dito que o processo estava na secção de Trânsito e em Março, contactou esta secção, o DAU e o Senhor Presidente da Câmara, não tendo obtido qualquer resposta. O processo de legalização da AUGI da Terra dos Canos estava na Secção do Trânsito desde Janeiro, para apreciar uma rua zona pedonal. Por certo, nem todos os serviços deviam de ter o mesmo acompanhamento por parte do Senhor Presidente, questionando se o processo se mantinha estagnado na Secção do Trânsito.

Finda a intervenção do munícipe, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o que explicou que o projecto inicial tinha uma rua, sujeita a modificações dado ser a única que dava acesso ao bairro. O projecto de reformulação tinha vindo posteriormente. O arruamento deixava de o ser e passava a zona pedonal. O senhor vereador tinha analisado o segundo processo e o DAU não concordou com a alteração. Desconhecia se existia algum impedimento, no sentido de a rua ser pedonal e simultaneamente uma rua normal. Iria entretanto convocar uma reunião, no sentido de esclarecer as questões e solucionar o problema.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por encerrado.

VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervir neste período, tendo-se inscrito os Senhores Mário Miguel Rodrigues, Manuel Vieira,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Agostinho
2.11

António Filipe, a Senhora Maria Luísa Jubilado, os Senhores Joel Monteiro, Virgílio Rosa, António Nunes, Granja da Fonseca, José Agostinho Marques, José Teodoro

O Senhor Mário Miguel Rodrigues referiu que a actual gestão da Câmara desprezou mais uma vez a juventude da Amadora, não comemorando o Dia Mundial da Juventude e o Dia do Estudante. Os jovens da Amadora perderam com a mudança do poder na Câmara Municipal, assistindo-se na Amadora, a uma profunda inoperância e insensibilidade no que diz respeito à política da juventude. O PS demonstrava não saber o que era potenciar a acção juvenil e integrar a juventude, de forma plena e saudável, na comunidade, e na sociedade. Nos últimos anos, o PS não realizou a Semana da Juventude, e a verba atribuída no Plano de Actividades à Juventude, tem vindo a diminuir ano após anos. Se não foi demagogia eleitoral do PS, aonde estavam o Conselho Consultivo Municipal da Juventude, e a Pousada da Juventude na Amadora? Onde estava o Centro Interactivo da Amadora, ou a realização de intercâmbios e cooperações com jovens de outros locais? Como é que o actual executivo fomentou o associativismo juvenil, se no PAMA o apoio às associações juvenis foi cada vez mais diminuto? A juventude da Amadora tinha sido esquecida pelo PS.

O Senhor Manuel Vieira falou do encerramento da empresa de têxteis na freguesia da Damaia, e de como este encerramento deixava muitos trabalhadores desempregados e a Amadora mais empobrecida. Falou também no encerramento de outras empresas existentes na Amadora, questionando que medidas é que se poderiam ter para evitar tal situação, já que o Governo as não tem tomado evitando aqui a destruição do sector produtivo. Manifestou o seu voto de solidariedade para com os trabalhadores, pedindo ainda ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que fosse enviado um voto de solidariedade para com os trabalhadores e contra o encerramento da empresa, em nome da Assembleia Municipal.

O Senhor António Filipe falou sobre o requerimento que tinha sido apresentado na última reunião relativamente à necessidade de ser cumprida a lei, pela Assembleia da Amadora, apreciando a actividade desenvolvida pela Câmara nas empresas municipais em que tem participação. Referiu que tinha recebido um ofício da Mesa, informando que a documentação relativa a essa matéria estava disponível nos serviços da Assembleia Municipal para consulta. Em seu entender a lei não diz isso e a Assembleia Municipal tinha o dever de analisar, a actividade das empresas públicas municipais, com base na informação útil disponibilizada pela Câmara, para posteriormente ser agendado um ponto, em que a Assembleia Municipal, procedesse à apreciação das actividades das empresas públicas municipais. Relativamente à

segurança na Amadora, o Relatório de Segurança Interna que o Governo entregou, dá conta do aumento de criminalidade de rua, no concelho da Amadora. Referiu que antigamente eram só as populações que eram vitimadas pela insegurança e neste momento a polícia também o é. Deixou a sua solidariedade aos agentes da PSP que no cumprimento do seu dever sofreram agressões na Azinhaga dos Besouros. Chamou assim à atenção para o facto de se estar a verificar um agravamento das condições de insegurança no concelho. O Senhor Presidente da Câmara, na Sessão da Assembleia Municipal de 1 de Fevereiro, afirmou que iria haver uma reunião com o Conselho Municipal de Segurança com todos os Presidentes de Junta, para discutir os problemas de segurança, e até à data não tinha havido notícia que essa reunião tivesse sido realizada. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara, quanto ao processo de realojamentos, pois o Bairro da Azinhaga dos Besouros é um bairro prioritário.

A Senhora Maria Luísa Jubilado questionou o senhor Presidente da Câmara quanto a campanhas de sensibilização a empresários, comerciantes e cidadãos em geral para a implementação do Euro, uma vez que, todos deviam de estar preparados para tal. Leu uma declaração política da Bancada do PSD, quanto ao encerramento da fábrica de têxteis na freguesia da Damaia. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Joel Monteiro lembrou o processo reivindicativo que a Junta de Freguesia da Falagueira iniciara há algum tempo, da instalação de um espaço cultural na freguesia, num lavadouro público existente na Rua das Industrias. Referiu que tinha sido feita uma informação pelo SMAS da Amadora em relação ao espaço, tendo disso sido posteriormente informado o SMAS de Oeiras, s fim de concordar com o aproveitamento do espaço, para o referido espaço cultural. Gostava de saber se tinham sido tomadas medidas pela Câmara da Amadora, para que fosse assinado o Protocolo entre a Câmara Municipal da Amadora e de Oeiras, no sentido de descentralizar o lavadouro para a Câmara da Amadora, aguardando a sua descentralização a Junta de Freguesia da Falagueira.

Sendo a Praceta Virgínia de Moura um espaço público, não compreende a colocação de um muro em betão com dois pilares de cada lado e um gradeamento em cima do murete, dando assim a impressão que é um condomínio privado e agradecia uma explicação.

O Senhor Virgílio Rosa, na sua intervenção referiu que o pavimento da Praceta D. Pedro de Meneses com a Av. D. Nunes Álvares Pereira após as obras de beneficiação, tinha ficado desnivelado. Os serviços da Câmara nessa Praceta ficaram desactivados, e recomendava que se retirasse a sucata que lá tinha ficado. Quanto à modificação que estava a ser feita na Av. D. Nunes Álvares Pereira no cruzamento com a Av. Elias Garcia, questionou o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

26.10.2000

Presidente, como é que umas obras que se tinham iniciado nos meados de Janeiro ainda não tinham acabado. Salientando que o cruzamento entre a Rua António Feijó e a Rua Elias Garcia tinha um desnivelamento que provocara por vezes despistes. Pediu por fim ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse um ponto de situação das obras da ligação do Hospital Amadora/Sintra à Av. Elias Garcia.

O Senhor António Nunes disse ter tomado conhecimento de que a Câmara Municipal e assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, tinha enviado um fax para uma escola, dando alguns esclarecimentos sobre o subsídio de expediente e limpeza às Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico. Referiu que nesse fax, e de acordo com o Decreto-Lei 23/97, conferia às Juntas de Freguesias a responsabilidade do pagamento do referido subsídio, sendo transferido para as Juntas directamente pelo Governo. Mas tal afirmação não era verdadeira. O fax referia ainda que a Câmara continuou a processar o pagamento em 1998 e 1999, em 2000, e tendo as escolas dificuldades em receber estas verbas, a Câmara continuou a pagar o subsídio. Salientou que nenhuma escola até à data, se lhe tinha dirigido a pedir qualquer subsídio de expediente e limpeza. O fax referia ainda que a Câmara Municipal não podia continuar a substituir-se às Juntas de Freguesia, numa competência que lhes é própria, como tal este ano caberia às Juntas de Freguesia proceder à atribuição do subsídio às Escolas do Primeiro Ciclo e Ensino Básico, no cumprimento da Lei em vigor. Explicou, que não conhece nenhum Decreto-Lei de 23/97 que atribuisse estas competências às Juntas de Freguesia, e que a única que conhecia tinha saído em Setembro de 1999, que era a Lei 169/99, em que referia que as Juntas forneciam material de limpeza e expediente às escolas. Esta situação tem sido uma luta de todas as Juntas de Freguesia do país, junto à ANAF, junto das Câmaras Municipais, para que o governo dissesse como é que esta competência vinha para as Juntas, se seria a Câmara Municipal a transferir a verba correspondente a este subsídio ou se seria o Governo que o transferia directamente para as Juntas. Até à data ainda não estava nada definido, nem com o Governo nem com a Câmara Municipal. Seria assim inaceitável que a Câmara enviasse um fax à Junta dizendo que esta, recebia directamente do Governo as verbas para o subsídio. Por fim, disse ir enviar às escolas um fax a dizer que a Junta não recebe qualquer verba para o subsídio em questão, e que não pagava nenhum até a situação ser esclarecida.

O Senhor Granja da Fonseca falou sobre o aumento de criminalidade no país e nomeadamente na Amadora. Não era só a população, mas também a polícia que se queixava da falta de segurança que ela própria sente. Esta situação poderia ser resolvida se se resolvessem alguns problemas, nomeadamente o melhoramento das condições nos bairros degradados, pois a

polícia tem tido dificuldades em actuar nestes bairros, dando impunidade aos moradores dos bairros. Referiu que a preocupação que a Câmara tem tido, deveria aumentar no que concerne a acabar com os bairros degradados, realojando as pessoas ou neste concelho ou fora deste concelho e criando mais habitações sociais. A criminalidade só se poderia combater quando às forças de segurança se desse autoridade que ao longo dos últimos anos se lhes vem retirando. Por fim, disse que têm sido debatidos alguns assuntos na comunicação social nomeadamente irregularidades camarárias ocorridas no concelho da Amadora, referindo que, estes assuntos, deveriam de ser discutidos entre a Câmara e a Assembleia Municipal da Amadora, num debate de discussão para todos os assuntos que se referem à Amadora.

O Senhor José Agostinho Marques referiu os acontecimentos na Azinhaga dos Besouros. Disse que a população desta freguesia se tem vindo a movimentar aos longo dos anos, tendo-se criado uma Comissão de Moradores, pelo facto de existir na insegurança freguesia. Com a chegada da Esquadra de Alfovelos, houve um abaixamento das queixas na ordem dos 40%, estando no momento a freguesia a viver uma situação de tranquilidade e segurança. Por fim, homenageou os agentes da PSP que intervieram nos incidentes ocorridos no bairro da Azinhaga dos Besouros.

O Senhor José Teodoro iniciou por referir-se à implementação do Euro em Portugal, explicando que há uma unidade móvel que se tem deslocado pelo país a informar os cidadãos sobre esta introdução, sugerindo a deslocação desta unidade móvel à Amadora. Seria muito importante principalmente para o comércio, pois este, não deverá estar suficientemente informado para proceder às conversões. Quanto ao encerramento da empresa têxtil da Damaia disse que o problema não era só de âmbito social, mas também da perda de postos de trabalhos e de receitas para o município, que derivam directamente dos impostos cobrados sobre a actividade das empresas. Referiu ainda não competir à autarquia definir políticas económicas, mas sim ao Governo Central. No entanto a autarquia poderia fazer força junto do poder central para este intervir, reivindicando assim protecção a uma empresa que estava numa situação difícil. Alertou ainda o senhor vereador Gabriel Oliveira sobre a má colocação dos postes de sinalização de trânsito nos passeios, que assim colocados funcionam como barreiras.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por falar no encerramento da empresa de têxteis na Damaia, mostrando a sua solidariedade para com os trabalhadores. Afirmou que se a Assembleia se manifestar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

perante o Governo por não ter tomado medidas em relação ao encerramento da empresa, que se associava ao manifesto. Sobre a intervenção do Senhor António Filipe disse, ter a Câmara disponibilizado à Assembleia Municipal os documentos em relação à Empresa das Profissões, não sendo da sua competência decidir como é que a Assembleia Municipal analisava e discutia os documentos. Do Euro a senhora vereadora Judite Pinto iria dar explicações, pois tinha sido ela a acompanhar esta questão. Também junto dos sectores públicos, nomeadamente nas autarquias se sentia essa falta de informação sobre o Euro.

Sobre o logradouro da Falagueira disse, (troca de cassete), não ter sido recebida nenhuma nota oficial sobre esta matéria, nem assinado nenhum contrato.

Quanto às obras da Praceta Virgínia Moura, explicou que foi um erro ter-se aprovado o projecto, nomeadamente os vazados, pois têm consequências não só da higiene pública como da criminalidade. Disse que tinha sido entregue um pedido de viabilização para fechar os vazados, tendo sido permitido fazer um murete para que se fizesse depois uma vedação até ao primeiro andar do vazado, criando assim segurança para os moradores do condomínio. Relativamente às obras de beneficiação da Pedro Meneses, disse terem sido dadas indicações e prazos aos serviços, para que fossem limpos os anexos e o lixo que estava amontoado. Referiu ainda que seria feito um conjunto de intervenções de construções e anexos, para que a obra pudesse continuar, ter outra visibilidade e outro aproveitamento. Do desnivelamento entre a Pedro Meneses e Nuno Álvares Pereira, disse não ter conhecimento, mas que já solicitou ao vereador do pelouro para que se averiguassem as causas do desnivelamento. Das obras de ligação do Hospital ao Lido, disse serem provisórias, estando prontas aquando do fim das obras do alargamento da IC 19 no território da Amadora. Referiu que era importante que a via funcionasse, para no futuro se criarem condições de exigências ao Governo a fim de que a via fosse alargada no sentido de ter o traçado definitivo, com ligação entre o Lido e a Elias Garcia.

Quanto à intervenção do Senhor António Nunes, referiu que na Lei 23/97 no artigo 4º, estava implícita as competências próprias das Juntas em relação ao fornecimento de material de expediente e limpeza. Havia no entanto algumas Juntas que se recusavam ao fornecimento desse material a pedido das escolas. Apesar da Lei ser de 97, em 98, 99 e 2000 a Câmara transferiu as verbas com a intenção de ser a última vez, pois esta competência era própria das Juntas.

Quanto à sinalização que inviabiliza a circulação de peões nos passeios em determinadas zonas, disse ser necessário tomar medidas para melhorar esta situação. A reunião sobre a segurança, com os Presidente de Junta, o Comandante da Polícia e o Conselho Municipal de Segurança, disse estar marcada. Referiu que a questão da insegurança e da segurança no

concelho, é da responsabilidade tanto do Governo Central como do Poder Local, cada um dentro das suas competências. Para prevenir a insegurança tem de haver mais policiamento e estes têm de ter melhores condições e meios, dado que cada vez mais, as pessoas têm armas em sua posse. Nos bairros degradados na Amadora, este problema só poderia ser resolvido, quando se solucionassem os problemas sociais lá existentes. Uma das situações que leva à insegurança e à marginalidade, é o da habitabilidade, estando a ser tomadas medidas para se acabar com as barracas e ser feito o seu realojamento. Outras medidas iriam ser tomadas para evitar a criminalidade nomeadamente o das crianças que habitam os bairros e que não têm acesso ao pré-escolar nem à creche, ou que abandonam o ensino e, dando também refeições quentes. Disponibilizava-se para discutir e aceitar propostas concretas que visassem a resolução do problema da criminalidade.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que este período estava esgotado, e que as outras respostas seriam dadas no primeiro ponto da Ordem do Dia destinado à Actividade do Município.

VII - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, da *“Informação Escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município”*.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para a discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores António Nunes, Joel Vieira, António Filipe, Catolino Pinto, Armando Paulino, Manuel Vieira e José Teodoro.

A Senhora vereadora Judite Pinto, por delegação do Senhor Presidente da Câmara, referiu que tinham sido feitas duas sessões de esclarecimento sobre o Euro, mas que tinha havido pouca adesão. Este ano não tinha havido ainda nenhuma actividade de dimensão pública, porque a Comissão Nacional do Euro informou não haver formadores disponíveis. Disse estarem programadas acções de formação para os funcionários da Câmara, e que o Instituto da Defesa do Consumidor conjuntamente com a Comissão Nacional do Euro, estavam a preparar uma campanha de âmbito nacional. Informou, que a PSP estava a desenvolver acções de formação junto dos idosos, no sentido de os proteger das burlas. Por fim, disse saber que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

[Handwritten signature]

cobertura e a informação eram muito insuficientes, mas que esperava da parte da administração central uma informação maciça e intensiva para breve.

O Senhor António Nunes esclareceu o Senhor Presidente da Câmara que o que não era verdade, era as Juntas de Freguesia receberem directamente do Orçamento do Estado verbas para dar às escolas do Ensino Básico material de expediente e limpeza, embora tivesse sido essa a informação passada para as escolas, ficando estas com a ideia de que as Juntas recebiam dinheiro do Estado para essa finalidade, e não estariam a exercer a sua competência. Referiu ainda que o Decreto-Lei 23/97 que estava transcrito na carta que foi enviada às escolas, tinha sido revogado pelo Lei 169/99, questionando ainda o Senhor Presidente da Câmara a razão pela qual o Decreto-Lei 23/97 nunca tinha sido posto em execução pelas Juntas de Freguesia, e foram sempre as Câmaras Municipais a assegurar essa competência. (Troca de cassete).

O Senhor Joel Vieira, na sua intervenção, disse estar de acordo com fecho dos vazados para segurança dos moradores, mas a Praceta Virgínia de Moura estava a ser vedada, tornando aquela zona habitacional privada. Quanto à verba para as escolas do Ensino Básico para material de expediente e limpeza, disse não assumir o pagamento a nenhuma escola, enquanto as verbas não fossem descentralizadas para as Juntas.

Neste momento, e face à ausência do Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Primeiro Secretário assumiu a direcção dos trabalhos, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por explicar que quando foi publicada a Lei 169/99 tinha havido um conjunto de transferências directas do Orçamento Geral do Estado para as Juntas de Freguesia. Não tendo sido dito nem às Juntas de Freguesia nem à Câmara Municipal, que nessa transferência não estava incluído esta competência, os senhores Presidentes de Junta poderiam sempre perguntar ao Governo, se na verba que para eles transferem directamente, estava incluída essa competência. Não era, sem qualquer dúvida competência da Câmara. Embora não fosse da competência da Câmara, esta continuou a transferir excepcionalmente as verbas necessárias para todas as escolas, inclusivé no ano 2000. Em relação às novas competências para os municípios era contra um conjunto de transferências que o Governo iria fazer para os mesmos e que tinham a ver não só com as transferências financeiras como com as competências. E se a verba não foi transferida pelo Governo, tem que se questionar o Governo sobre isso. Quanto à intervenção do Senhor Joel Monteiro em relação à Praceta Virgínia de Moura, disse que se iria fazer uma visita ao local, para que posteriormente se pudessem tomar medidas.

O Senhor António Filipe referiu que o problema da política de educação, da segurança e da habitação tem a ver com a inoperância do Governo em relação a estas matérias, mas que ao mesmo tempo a Câmara se recusava a resolver alguns destes problemas, nomeadamente a transferência do subsídio, para as freguesias, no referente ao material de limpeza e expediente para as Escolas do 1º Ciclo. Sobre o problema da segurança, disse que o senhor Presidente da Câmara tinha feito demagogia, pois no início do mandato tinha dito que iria resolver todos os problemas de segurança na Amadora, mas esta situação tem-se vindo a agravar.

O Senhor Catolino Pinto disse concordar com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, em relação à Lei 169/99, que refere ser da competência das Juntas dar às escolas o subsídio para o material de limpeza e de expediente. Contudo, as Juntas foram reforçadas com a verba que era disponibilizada directamente e trimestralmente e que nunca lhes foi dito que essa verba se destinava às escolas. Por fim, referiu estranhar, que o Senhor Dr. Jorge Miranda, tenha comunicado ao Agrupamento Vertical da Escola Almeida Garrett que gere o Ensino Básico de Alfragide, que a Câmara tinha descentralizado as verbas para as Juntas de Freguesia.

O Senhor Armando Paulino disse que se o Senhor António Filipe estava a preparar a sua intervenção de campanha eleitoral, com base no programa do Presidente da Câmara da Amadora, iria aprender muita coisa. Referiu ainda que quando se referiam à Azinhaga dos Besouros e aos bairros degradados, tinham algum problema de consciência, pois no mandato anterior tinha-se aprovado em Sessão de Câmara a construção de barracas na Ribeira da Falagueira, e que com estas aprovações se foi construindo a realidade no concelho da Amadora. Aconselhou por fim, o Senhor António Filipe, a consultar o Relatório da Administração Interna em relação à criminalidade e da forma como que se estava a desenvolver na área metropolitana de Lisboa, para que posteriormente se pudesse fazer uma discussão séria em relação a este assunto.

O Senhor António Filipe, na sua intervenção, respondeu ao orador anterior, dizendo que tem conhecimento sobre o Relatório de Segurança Interna, pois havia participado nele com o Senhor Ministro da Administração Interna.

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia reassumiu a presidência da Mesa da Assembleia, tendo dado a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que começou por dizer que desconhecia a informação que o Dr. Jorge Miranda tinha enviado à Escola, e que não correspondia à verdade. Quanto à intervenção do senhor António Filipe, disse, quanto aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

[Handwritten signature]

cartazes que foram colocados, disse não ser da sua competência haver mais policiamento, quanto à iluminação referiu que se verificava um aumento desta. Relativamente às esquadras, disse, ter sido assinado em 2 de Abril de 1998 um Protocolo com o Ministro da Administração Interna, onde foram colocadas esquadras em Alfovelos, na Venda Nova, na Brandoa, na Boba, estando também adjudicada uma esquadra na Damaia de Cima. Uma outra proposta foi também apresentada, em que seria disponibilizado dois espaços nas estações da Damaia e da Reboleira para a colocação de uma secção da polícia. Por fim, disse reconhecer que em determinadas áreas, o Governo não tem feito o que devia de fazer.

O Senhor Manuel Vieira ainda sobre a questão da segurança referia que esta tinha de ser articulada com outras políticas, nomeadamente as questões sociais. Disse ainda, que a Assembleia e a Câmara deveriam de aprofundar as razões que levam à destruição do tecido económico. Muitas das situações que têm ocorrido são derivadas da delinquência juvenil, pois não há enquadramento a nível social destas. Quanto ao programa que o Senhor Presidente da Câmara apresentou em relação às esquadras para todas as freguesias foram abertas algumas, mas, com elementos insuficientes. Outras das promessas era a existência de um Livro Branco sobre as questões da segurança, a criação de Comissões de Acompanhamento nas freguesias, acções especiais aos jovens de alto risco, e que até à data nenhuma destas promessas tinha sido cumprida. Em relação ao Relatório disse haver um conjunto de áreas que foram insuficientemente cumpridas, não ajudando assim a questão da segurança na Amadora. Por fim, disse que outra situação de insegurança era o problema da habitação e dos bairros degradados.

O Senhor José Teodoro referiu-se à Moção da segurança que o PSD tinha apresentado, tendo sido posteriormente marcadas duas reuniões mais alargadas sobre a matéria. Referiu ainda, que tinham sido acusados de demagogia, de estarem a dramatizar uma situação que não era dramática e de criarem uma onda de medo e de terror na população, mas passado dois meses destas acusações, a situação de insegurança tem se vindo a agravar. Por fim, questionou a Bancada da CDU, o que é que esta tinha feito durante 18 anos, enquanto teve maioria no executivo da Câmara, para a resolução dos problemas dos bairros degradados, pois se nessa altura se tivesse resolvido estes problemas, a segurança na Amadora estaria melhor.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ainda ao senhor Manuel Vieira lembrando que este tinha tido a seu cargo, enquanto vereador da Câmara, a área do urbanismo, e que nada fez para resolver o problema da habitação e dos bairros degradados.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por concluído.

2 - Apreciação nos termos do nº. 2 do Artigo 49º. e da alínea c) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa ao *“Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano de 2000”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido, tendo emitido parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou à Senhora Vice-Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal dos documentos, tendo declinado.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Manuel Vieira, João Vieira, António Filipe, António Nunes, António Frade, Marques Pedrosa e a Senhora Maria Luísa Jubilado.

O Senhor Manuel Vieira, na sua intervenção, disse, (troca de cassete).

(As intervenções dos Senhores João Vieira, António Filipe, António Nunes e António Frade, não constam do registo magnético).

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, “Vou fazer uma pequena intervenção a propósito da intervenção do Senhor deputado António Nunes. E tem a ver com o que o senhor deputado disse em relação às receitas, ao investimento, em relação àquilo que eram e são os sectores principais, na educação, na habitação, na rede viária. Senhor deputado vamos ao investimento, e vamos comparar as coisas. Investimento em contos, 94, 95, 96, 97, quatro anos, 8.930.027\$00. 1998, 99 e 2000, três anos, 8.964.827\$00, estamos a comparar quatro anos com três anos e o pick final do investimento em 94, 95, 96 foi em 97 com 4.995.000\$00, o que de alguma forma confirma aquilo que o senhor deputado Manuel Vieira disse, ou seja, é nos anos de eleições que se fazem as inaugurações. O que quer dizer que isto fala por si. Vamos à questão das receitas arrecadas e taxas de execução, 94, 95, 96, 97, previsão 49.162.000\$00, receitas arrecadas 28.977.000\$00, taxa de 4 anos média final dos 4 anos 58,9%. Vamos às receitas arrecadas em 1998, 99, 2000, ou seja, 3 anos comparados com 4. Previsão 54.044.790\$00, arrecadas 31.886.083\$00, ou seja, 59%. De maneira que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

comparativamente em relação às receitas e ao investimento, de 4 anos para 3 anos estas são importantes do meu ponto de vista referir. Os números falam por si. Sobre a questão da educação apresentámos projectos, candidaturas, concursos. Foi desde início e a Câmara aprovou, e a Assembleia aprovou, a contracção do empréstimo para a educação, 4.200.000\$00. As obras forma adjudicadas, estão em curso, e aquilo que é uma das receitas também tinha a ver com a questão do empréstimo que naturalmente se vai fazer sentir este ano. E quando diz que em relação à questão da revisão que iria contabilizar o empréstimo e o saldo, é evidente que vamos contabilizá-lo e utilizá-lo. Sobre esta matéria dizer-lhe o seguinte, obras adjudicadas em relação às escolas, neste momento 3.328.000\$00. Sobre a questão da habitação, em relação àquilo que não foi gasto na habitação, vamos esclarecer o seguinte, tínhamos a questão da Boba. E questão da Boba não pôde ser paga, nem podemos receber o dinheiro do financiamento do INH, por dois motivos. Primeiro motivo é que só se faz essa transferência a partir da altura em que existe o contrato visado da operação pelo Tribunal de Contas. Segundo lugar, só podemos adquirir aquilo que era um CDH após a aprovação e o registo da propriedade horizontal por qual nós vamos comprar a outra entidade. Eu recebi já este ano, é preciso dizer isto, as nossas receitas e despesas não terminaram como nos outros anos a 15 de Janeiro, terminaram antes do fim do ano. E se contabilizarmos a questão da receita do INH e do empréstimo, é evidente que atingimos esses valores. Sobre a verba e as percentagens atingidas a nível da iluminação pública, porque não está contabilizado na iluminação pública aquilo que efectivamente foi gasto. Os senhores deputados e nomeadamente os senhores Presidentes de Junta têm os mapas freguesia a freguesia em relação ao investimento feito em cada freguesia. Em relação à questão da rede viária não está incluído um conjunto de obras que são o reforço e o engrandecimento do património, e terão um valor patrimonial, mas não estão feitos porque não foi saído dinheiro directamente da Câmara como pagamentos. E de maneira que estão coisas têm que ser contabilizadas, senhor deputado. E por isso quando se faz este tipo de análise, temos que fazê-la em toda a profundidade. E permitam-me um pequena nota sobre esta matéria, em 15 de Março a nível do investimento tínhamos já cabimentos de 14 milhões de contos, o que quer dizer como sabem com esta alteração do sistema POCAL, houve um conjunto de cabimentos que caíram automaticamente, e que tiveram que se fazer novamente, e por isso é que temos a questão dos 14 milhões de contos já em 15 de Março deste ano. E se perguntam se fiquei satisfeito com a execução, é evidente que não, é evidente que gostaria de ter uma execução maior do aquela que tive, mas penso que isso foi sempre a tónica de qualquer gestão que estive na Câmara, foi fazer uma maior execução do que aquela que conseguiu. Mas teremos cá muitos, naturalmente

para o próximo ano, e que quando analisarmos a execução do ano 2001, tal e qual quando olharmos para as execuções do anos 90 até 97, o pick foi 97, seguramente o pick será 2001.”

O Senhor Marques Pedrosa, na sua intervenção, disse que o presente executivo não tinha aprendido nada com os erros da CDU, quando estes estiveram no executivo.

O Senhor Presidente da Câmara, disse que os tempos eram outros e não se podia estar a comparar as receitas do 1997 com as de 1981.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia considerou apreciados os documentos, e deu o ponto por encerrado. (Documentos anexos à presente Acta)

Face ao adiantado da hora, o Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrados os trabalhos, às 01.00 horas, informando que os mesmos seriam retomados na Quarta-feira, dia 11 de Abril, pelas 20.30 horas.

2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2001

Os trabalhos foram retomados às 21 horas.

Mesa da Assembleia constituída por : Presidente, Senhor António Ramos Preto.

Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rodrigues.

Segundo Secretário, Senhor Luís Batista Nunes.

Membros presentes: Todos com excepção dos Senhores Virgílio Rosa, Eduardo Pombal, Granja da Fonseca, António Andrade Silva, Rodrigo Gonçalves, João Vieira, António Marques Pedrosa, José Cavaco Faustino e a Senhora Antónia Nascimento, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, as Senhoras Vereadoras Judite Pinto e Ana Nascimento, os Senhores Vereadores Gabriel Oliveira, Miguel Gabriel, Carlos Silva, João Bernardino, Fernando Pereira.

Verificado o quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou retomados os trabalhos, no ponto em que haviam sido suspensos na reunião anterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia da Damaia, Falagueira e da Mina se faziam representar, nos termos da alínea c) n.º 1 do Artigo 38º da Lei 169/99, de 19 de Setembro, pelos Senhores Mário Dias de Oliveira, Sebastião José Fagundes e Fernando da Costa Santos, respectivamente.

I - TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que se encontrava na Mesa o pedido de substituição para esta Reunião do senhor António Tremço de Brito que foi lido pela Senhora Primeiro Secretário. De seguida foi dada posse ao senhor Vítor Andrade, na indisponibilidade da Senhora Ana Nascimento, suplente da mesma lista. (Documento anexo à presente Acta).

II – ORDEM DO DIA

3 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea n) do n.º 2 do Artigo 53º. da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Gabinete Especial para Recuperação da Brandoa (GERBRA) – Criação de Unidade Orgânica”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido, tendo sido emitido parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que acedeu.

Neste momento, e face à ausência do Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Primeiro Secretário assumiu a direcção dos trabalhos tendo declarado abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os senhores Armando Paulino, Manuel Vieira e António Alves Nunes.

O Senhor Manuel Vieira, na sua intervenção, disse que a sua bancada iria votar favoravelmente a proposta.

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia reassumiu a presidência da Mesa.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade com 29 votos. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu o ponto por encerrado.

4 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea o) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a “*Quadro de Pessoal - Alteração*”.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido, tendo sido emitido parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, tendo declinado.

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito o senhor Manuel Vieira.

A pedido do Senhor Manuel Vieira, a sua intervenção é transcrita na íntegra: “Nós reconhecemos que isto decorre da necessidade do que acabámos de aprovar anteriormente. Agora eu queria-me referir, e já o temos feito aqui, é que continuamos à espera da promessa da Câmara de discutir aqui a Macroestrutura e o Quadro de Pessoal. Enquanto isso não for feito, medidas avulsas que venham, em termos do Quadro de Pessoal, nós abtemo-nos. Portanto vamo-nos abster e gostaria que isso depois contasse em Acta, as razões da nossa abstenção”.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 8 abstenções. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente deu o ponto por encerrado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

5 - Apreciação para aprovação nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Regulamento do Programa de Apoio ao Auto-Realojamento – Alteração do Artº. 6º”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido, tendo sido emitido parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou à Senhora Vice-Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que acedeu.

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto e não havendo inscrições, colocou a proposta à votação sendo a mesma aprovada por maioria com 21 votos a favor e 8 abstenções. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

Antes de dar por encerrados os trabalhos e tendo em vista a eficácia externa das Deliberações, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação das minutas, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade dos 29 Membros presentes.

Finda a Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Reunião por encerrada às 22.30 horas.

António José C. T.
Agostinho